

Instituto Diplomático

Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros:

À Procura do Tempo Perdido

José Medeiros Ferreira

19 de Fevereiro de 2013

Mário Soares chegou com pressa. Saltou do comboio em Santa Apolónia, como os republicanos regressados de França depois de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais, mostrou-se à multidão de iniciados nas manifestações, abraçou quantos estavam à mão, dirigiu-se ao Palácio da Cova da Moura onde o esperava o general António Spínola.

É o próprio que nos conta essa viagem e a chegada à estação de Santa Apolónia, lugar sagrado do culto oposicionista, autêntica legenda onde pairava o espírito do sacrificado Humberto Delgado.

«Quando estava a responder aos jornalistas (à chegada a Santa Apolónia, a 28 de Abril de 1974) Magalhães Godinho fez-me sinal para que me despachasse, dizendo-me ao ouvido que Spínola me esperava. Surpresa total: porquê tanta pressa?»¹

De facto, como acabara de dizer aos jornalistas na conferência de imprensa improvisada na própria gare, Mário Soares não conhecia o general Spínola, e embora lhe houvesse enviado o livro *Le Portugal Bâillonné*, este não lhe dera «qualquer resposta nem me transmitiu nenhuma opinião sobre esse livro.»²

Porém, há gestos e circunstâncias que podem sempre ser recordados e ter efeitos surpreendentes. Repare-se:

¹ Mário Soares, *Portugal: Que revolução? Diálogos com Dominique Pouchin*, Ed. Perspectivas e Realidades, 1976, p.25.

² Mário Soares, *Democratização e Descolonização – Dez Meses no Governo Provisório*, Publicações D. Quixote, 1975, p.20.

«Spínola apareceu. Abraçámo-nos apertadamente e uns momentos depois convidou-me a entrar no seu gabinete: A revolução está feita. Sinto-me feliz por o receber.»³

A resposta de Mário Soares àquela subtil frase, segundo a qual «a revolução está feita», será dada dois dias depois, em Lisboa, no grande comício do 1º de Maio de 1974, quando declara: «Foi hoje, foi aqui que destruámos o fascismo.»

Mais tarde, Mário Soares ao referir essa primeira entrevista, salienta: «Ele (Spínola) recebeu-me a título de exilado anti-fascista, mas eu fiz questão de acentuar e de repetir, que estava ali na qualidade de secretário-geral do Partido Socialista»⁴

Nesse mesmo dia, a 28 de Abril, o presidente da Junta de Salvação Nacional entrega-lhe as relações internacionais do novo estado das coisas. Disse-lhe o general: «A revolução necessita de imediato reconhecimento internacional. É preciso andar depressa. Você tem numerosas amizades na Europa e no mundo. É o homem que nos vai abrir as portas – conto consigo.»⁵

Soares não hesita. Está disposto a aceitar todas as responsabilidades desde que seja governo e o incipiente PS com ele, e através dele. Aceita ainda ser «apenas» ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Nacional Provisório e não fica ofuscado com o facto de outros dirigentes partidários serem apelidados «ministros de Estado» como Sá Carneiro e Cunhal. Ele sabe que o país será ingovernável durante uns tempos e que os aspectos internacionais da revolução portuguesa necessitarão de uma personagem de referência a quem telefonar...

Ao aceitar o desafio lançado pelo presidente da Junta de Salvação Nacional, Mário Soares sabe de antemão o que a comunidade internacional espera, em primeiro lugar, da República Portuguesa: uma política de descolonização assente nos desenvolvimentos dos princípios da auto-determinação e uma independência rápida para os principais territórios sob administração colonial. A natureza do futuro regime político ainda não está em cima da mesa.

Mário Soares no seu livro de apresentação internacional⁶ mostrara-se suficientemente duro e crítico em relação à política externa do regime, mesmo na fase

³ Op.cit, p.26

⁴ *Expresso*, Revista de 25 de Abril de 1981.

⁵ Op. cit., p.26

⁶ *Le Portugal Baillonné*, Paris, Calman-Levy, 1972.

marcelista. Ele já o havia feito em Outubro de 1965, no âmbito da campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, quando no Manifesto da Oposição Democrática afirmava que a guerra não era solução para o problema ultramarino: «Sustentamos que sem demora, é a solução política com base no princípio da auto-determinação aquela que se requer»⁷.

Mas será no livro *Le Portugal Bailloné*, no capítulo intitulado *L'heure du choix* que a actualização das ideias sobre a matéria se expandem: *Le problème clé qui a bloqué tous les changements politiques et économiques du Portugal est celui des guerres coloniales qui durent depuis onze ans. Il est vrai que la situation en Afrique dépend du conditionnement politique interne du régime*⁸.

E o último exílio do secretário-geral do PS devera-se sobretudo às suas declarações críticas sobre a guerra colonial, em Nova Iorque em 1970.

O pedido do presidente da JSN para Mário Soares ajudar no reconhecimento internacional da nova situação criada em Portugal não seria, pois, mais do que um prelúdio na entrada da matéria numa agenda multiforme: Spínola queria o reconhecimento da JSN, a Comunidade Internacional a descolonização, Soares a implantação de um regime democrático pluralista.

Não foram precisos 15 dias para que a questão do reconhecimento internacional da Junta de Salvação Nacional fosse ultrapassada. A diligência de Spínola junto de Soares, a 28 de Abril, aparece a essa luz menos candente embora a entrevista tenha tido o seu efeito útil mais tarde.

De qualquer forma, Soares desempenhou cabalmente a missão que lhe foi confiada e que produziria ainda alguns efeitos no futuro, sobretudo a partir dos acontecimentos de 28 de Setembro, quando o então Ministro dos Negócios Estrangeiros garantiu a normalidade do processo de transição para a democracia, depois da renúncia do general Spínola. Estava em Estrasburgo onde se deslocara para discursar na Assembleia do Conselho da Europa.

Assim a JSN não teve praticamente problemas no que respeita ao reconhecimento internacional do novo estado de coisas em Portugal. Nada de

⁷ *Manifesto ao País*, apresentado no Centro Republicano Botto Machado, em Lisboa, no dia 14 de Outubro de 1965.

⁸ Op. cit. p. 261

semelhante aconteceu que possa fazer recordar as dificuldades da I República na matéria.

Independentemente das formas diplomáticas invocadas, quando o I Governo Provisório tomou posse a 16 de Maio seguinte, a generalidade dos países com os quais a República Portuguesa mantinha relações diplomáticas haviam-nas já normalizado com o novo poder político instaurado em Lisboa.

Se é notada uma atitude de reserva por parte dos movimentos emancipalistas africanos e da OUA, já a NATO declara, a 26 de Abril, que se trata de um assunto interno de Portugal, e os EUA através do porta-voz do Departamento de Estado não vê matéria para comentários especiais. A 28 de Abril, dia da chegada de Mário Soares a Portugal, o governo brasileiro reconhece a Junta de Salvação Nacional, seguindo-se, nesse mesmo dia, a África do Sul, e a 29 a Espanha, os EUA e a RFA. O Reino Unido declara o seu reconhecimento, a 2 de Maio, depois do encontro em Londres entre o primeiro-ministro Harold Wilson e Soares.

Mário Soares sabe muito bem o que pretendem os militares dele nesse período de emergência política nacional, e deixou por isso testemunhos preciosos para a história:

«Não hesitei em partir, no dia 2 de Maio de 1974, quando me pediram que fosse explicar aos chefes de Estado europeus a importância das modificações em Portugal. No entanto, nesse dia, os meus amigos pressionaram-me para que ficasse em Lisboa a fim de organizar o mais rapidamente possível as infra-estruturas do Partido.»⁹

E no livro *A Árvore e a Floresta*¹⁰ relata mais em detalhe:

«Antes mesmo de ser ministro dos Negócios Estrangeiros (...) parti para uma *tourné* nas diferentes capitais europeias, onde encontrei múltiplas personalidades como Harold Wilson, Olof Palme e Willy Brandt (...). Também me avistei com o presidente Senghor com o qual combinei o primeiro encontro com Aristides Pereira, em Dacar, para negociar o cessar-fogo na Guiné. Em Roma encontrei o chefe do governo italiano e também o secretário de Estado do Vaticano, monsenhor Casaroli (...) preparava-se nessa altura o reconhecimento da revolução pelos países que não o tinham ainda feito como era o caso de Inglaterra...»

⁹ Op. cit, p. 61

¹⁰ P.E.R., 1985, p. 97

Voltemos à entrevista com Spínola quando Soares se tornou, no dizer do próprio, «no primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros da Revolução antes mesmo de ser investido, oficialmente, nesse cargo», e houve no final «uma rápida troca de pontos de vista sobre a descolonização. Aí apareceram as primeiras divergências. (...) Spínola fazia questão de distinguir autodeterminação e independência.»¹¹

E na madrugada do 1º de Maio o nosso protagonista confessa-se a Dominique Pouchin sobre como pensava lidar com Spínola sobre essa divergência que afastaria Miller Guerra da participação no governo provisório:

«As suas ideias sobre a descolonização foram formuladas sob o fascismo, num tempo em que convinha ser prudente, mas nós saberemos convencê-los de que é preciso ir mais longe»¹².

E, de facto, a força dos acontecimentos levaria o general Spínola a mudar de atitude e a promulgar a Lei nº 7/74, de 26 de Julho, com a qual se inaugura o processo de transferência de soberania entre Portugal e as colónias, e se clarifica alguns dos pontos mais obscuros do Programa do Movimento das Forças Armadas.

O Programa do MFA proclamava uma série de princípios pacíficos para as relações externas da República:

«O Governo Provisório orientar-se-á, em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre Estados, da não ingerência nos assuntos internos de outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando as relações internacionais com base na amizade e na cooperação».

No entanto, as maiores implicações imediatas para as relações internacionais estavam incluídas noutro ponto daquele Programa, em que se proclamava o «lançamento dos fundamentos duma política ultramarina que conduza à paz».

Com efeito, considerando que o reconhecimento internacional do novo poder político em Portugal ficou assegurado logo na primeira semana, depois do derrube do governo de Marcelo Caetano, pode afirmar-se que a prioridade na agenda de Mário Soares era desbloquear o processo de descolonização. Os primeiros passos para a

¹¹ Mário Soares, *Portugal: Que revolução? Diálogos com Dominique Pouchin*, Ed. Perspectivas e Realidades, 1976, p.27.

¹² Op. cit. p. 27

concretização deste propósito foram dados indiscutivelmente por ele, quando se encontrou com Agostinho Neto, em Bruxelas, a 2 de Maio de 1974.

«Eu tinha, no entanto, outros trunfos na mão para fazer sair Portugal do vespeiro africano. Quando exilado, estabeleci contactos com os dirigentes nacionalistas que viriam a tornar-se muito úteis. (...). Assim, pude encontrar, secretamente, em Bruxelas, Agostinho Neto, presidente do MPLA. O padre Boutard, homem importante da Igreja (...) e membro da Comissão Justiça e Paz serviu de intermediário.»¹³

Mário Soares e Almeida Santos foram os políticos civis que estiveram mais directamente implicados na primeira fase das negociações para a transferência de soberania. Aquela em que do lado português se pretendia, fundamentalmente, o cessar-fogo nos territórios onde havia luta armada, e do lado dos guerrilheiros se almejava o rápido reconhecimento do direito à independência, consubstanciada numa transferência de soberania, através dos movimentos emancipalistas, sem consulta popular prévia, ou como afirmava Almeida Santos: «Queríamos num primeiro momento conduzir a descolonização por fases, tal como rezava o programa do MFA...»

Mas as dificuldades em levar por diante tal metodologia foram intransponíveis e, pelo que se depreende dos testemunhos já publicados, nomeadamente por Spínola, por Almeida Santos e pelo próprio Mário Soares, foram os militares que decidiram ir mais depressa dada a rápida deterioração da situação na Guiné e em Moçambique.

Porém, é indiscutível que a pressão internacional também teve um papel importante na admissão do objectivo de uma independência rápida dos territórios ultramarinos sob administração de portuguesa, através dos movimentos políticos já reconhecidos quer pela OUA quer pela ONU.

A descolonização operada entre 1974 e 1975 não poderá ser cabalmente entendida sem se ter em conta essa pressão internacional. Mal toma posse como Presidente da República, o general Spínola recebe uma nota do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, entregue à Missão Permanente em Nova Iorque, na qual se declarava esperar que «o novo governo reconhecesse o direito à autodeterminação e independência, iniciando, com esse fim, negociações com os movimentos de libertação africanos para que a paz fosse restabelecida sem demora»¹⁴

¹³ Mário Soares, *Portugal: Que revolução? Diálogos com Dominique Pouchin*, Ed. Perspectivas e Realidades, 1976, p.36.

¹⁴ *A Descolonização*, 1979, p.354.

Ainda em Maio de 1974 uma missão da ONU, presidida pelo embaixador do Nepal, recolhe testemunhos sobre os alegados massacres de Wiriamu e solicita autorização ao governo de Lisboa para se deslocar a Moçambique. Por outro lado, a indefinição do I Governo Provisório no seu Programa, leva o presidente da Comissão da Descolonização da ONU, Salim Saline, a declarar, no final de Maio, que o governo de Lisboa se pronuncie a favor da independência dos territórios coloniais e a encetar negociações com os movimentos de libertação considerados os verdadeiros representantes desses países.»¹⁵

As condicionantes internacionais sobre as negociações bilaterais entre Portugal e os territórios ultramarinos tomaram aspectos aparentemente surpreendentes. Assim, o Brasil, em plena ditadura militar e maugrado os laços especiais proclamados, irá juntar-se ao grupo de países que reconhecem a República da Guiné-Bissau, em Junho de 1974, quando em Lisboa ainda se hesitava sobre as modalidades de autodeterminação daquele território e decorriam negociações com o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) nas quais Mário Soares estava envolvido. E ainda, a 16 de Junho, a OUA faz uma recomendação aos países membros para não reatarem relações com Portugal até à solução do problema colonial¹⁶.

A formação do II Governo Provisório, a 18 de Julho de 1974, marca uma nova fase no processo de descolonização. A constituição deste governo permitirá uma maior presença de militares no Executivo e assistirá à rápida promulgação da Lei nº 7/74, a 26 de Julho. Mário Soares transita como Ministro dos Negócios Estrangeiros para o novo governo¹⁷.

A referida lei constitucional destinou-se a esclarecer o ponto 8 do Programa do MFA, admitindo o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência e referia as competências dos órgãos de soberania na matéria, decretando que competia ao Presidente da República, ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, praticar os actos e concluir os acordos relativos ao exercício do direito à independência.

¹⁵ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe, História de Portugal* dirigida por José Matoso, Vol. VIII, Ed. Estampa, p.57, e Aurora Almada, *O Comité de Descolonização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas*, Tese de Mestrado, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Policopiado, 2009.

¹⁶ Fernando de Castro Brandão, *História Diplomática de Portugal – Uma Cronologia*, Livros Horizonte, 2002, p. 372.

¹⁷ José Medeiros Ferreira, *Cinco Regimes na Política Internacional*, Ed. Presença, 2006, p. 119.

Mário Soares havia começado as conversações com o PAIGC, em Londres, com duas reuniões, a primeira a 25 de Maio de 1974 e a seguinte a 13 de Junho. A discussão apresentava-se delicada, 82 países haviam reconhecido na ONU a independência da Guiné-Bissau, a 23 de Setembro de 1973, e o PAIGC pretendia ver reconhecido simultaneamente o direito de Cabo Verde à independência. Mesmo assim, Mário Soares afirmaria mais tarde, em 1976, que não fora a intransigência do PR Spínola e o acordado em Londres com o PAIGC, a 13 de Junho, teria sido melhor do que o conseguido em Argel, em 26 de Agosto.

Como escrevi no *Portugal em Transe*: «O MFA irá ter (...) um papel decisivo na definição dos interlocutores para as negociações de tréguas, cessar-fogo, paz e transferência de soberania. (...). Os militares privilegiaram como interlocutores necessários para o cessar-fogo os movimentos que tinham expressão armada nos territórios em guerra. Como esses movimentos não desligaram a questão do cessar-fogo da questão do acesso à independência, as transferências de soberania fizeram-se através deles.¹⁸». Era também o entendimento da ONU e da OUA¹⁹.

Esse mesmo entendimento tinha então o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim quando da sua visita a Lisboa, entre 2 e 4 de Agosto de 1974, e que ficou expresso num comunicado conjunto então publicado.

Resumo do «Comunicado conjunto do secretário-geral da ONU e do Governo Português – 4 de Agosto de 1974:

- O Governo português reafirmou as suas obrigações relativas à Declaração sobre a concessão da independência aos povos e territórios coloniais, assim como aos concernentes dispositivos da Carta das Nações Unidas e da Resolução 1514 (XV) da respectiva Assembleia-geral;
- A ONU aceitou cooperar com Portugal no processo de descolonização e na promoção do bem-estar social e económico das populações ultramarinas;
- O Governo português comprometeu-se a garantir a unidade e integridade de cada território, ou seja, salvaguardar as fronteiras coloniais;

¹⁸ Op. cit.p. 59.

¹⁹ Aurora Almada, *O Comité de Descolonização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas*, Tese de Mestrado na FCSH-UNL, Policopiado, 2009.

- O Governo português declarou-se pronto a reconhecer a República da Guiné-Bissau como Estado independente, a celebrar imediatamente os acordos necessários à transferência imediata da administração do território, e a dar completo apoio ao pedido de admissão do novo Estado como membro das Nações Unidas;

- O Governo português reconheceu especificamente o direito a Cabo Verde à autodeterminação e independência e declarou-se disposto a acelerar o processo de descolonização do arquipélago;

- O Governo português obrigou-se, quanto a Moçambique, a entrar em negociações directas com representantes da FRELIMO para acelerar o processo de descolonização daquele território;

Quanto a Angola, o Governo declarou a intenção de estabelecer brevemente contactos com os movimentos de libertação de modo a iniciarem, logo que possível, negociações formais.».

Como escreveu Almeida Santos nas suas *Quase Memórias*, que nos serve de base para este elenco de disposições do comunicado conjunto do secretário-geral da ONU e do Governo Português:

«Como se vê, um texto acelerador. Expressões como «celebrar imediatamente», «transferência imediata», «acelerar o processo», e «medidas imediatas», têm não só a bênção da ONU, como esse inequívoco significado. A diversidade da linguagem utilizada para cada território confirma que cada um deles era um caso»²⁰

Os militares começam então a assumir um papel cada vez mais determinante no processo de descolonização. Há muitos testemunhos do desconforto que isso causava no Ministro dos Negócios Estrangeiros, como ele próprio referiu numa conferência de imprensa, no Palácio das Necessidades, a 13 de Setembro: «Como sabem, a política externa portuguesa está intimamente relacionada com a política da descolonização²¹».

Pouco a pouco o centro de gravidade das decisões sobre os territórios ultramarinos passa para os militares e concentra-se em Belém, no Presidente da República e na Comissão Nacional de Descolonização, criada ainda no tempo de Spínola para tentar controlar militares e civis na matéria.

²⁰ Almeida Santos, *Quase Memórias*, Círculo de Leitores, Lisboa, Vol. I, 2006, p.318-319.

²¹ Mário Soares, 1975, p.85.

A Comissão Nacional de Descolonização foi criada por despacho do Presidente da República, em 5 de Setembro de 1974, dado que «a política a seguir no tocante aos territórios ultramarinos (...) pela sua complexidade e pela importância nacional e internacional de que se reveste, transcende a esfera de competência de um só ministério.»

Paradoxalmente, como muitas vezes acontece na evolução política, é depois da demissão do general Spínola como Presidente da República e da ascensão do general Costa Gomes a esse cargo, em acumulação com o de CEMGFA (Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas), que essa concentração em Belém é mais nítida. Como refere Maria Inácia Rezola:

«Não é por acaso que, na sua primeira intervenção enquanto Presidente da República, Costa Gomes apresentou a descolonização como um processo irreversível, expressando publicamente o seu empenho em garantir o cumprimento dos compromissos já assumidos.»²²

E aparece reforçado com a acumulação do cargo CEMFA com o de PR. Ele dirá mais tarde em 1979, «sempre entendi que, uma vez que a Revolução se tinha realizado, e com sucesso, tínhamos obrigação de a conduzir de forma a atingir os objectivos propostos pelo programa do MFA».²³

Em termos de descolonização o território que se segue é Angola que estivera sempre no cerne do problema. A própria Comissão Nacional de Descolonização recebe um reforço político com a sua consagração legal através do Decreto-lei nº 792/74, de 31 de Dezembro.

Com a Cimeira de Alvor, em meados de Janeiro de 1975, que estabelecia os termos da transferência de soberania para Angola, Mário Soares quase que sai de cena do processo da descolonização. «A cimeira inicia-se a 10 de Janeiro, sob a presidência de Costa Gomes, sete elementos de cada um dos três Movimentos de Independência, sendo a delegação portuguesa constituída por Melo Antunes, António Almeida Santos, Mário Soares, Silva Cardoso, Fernando Reino, Gonçalves Ribeiro, Passos Ramos e Pezarat Correia.

²² Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes – Uma Biografia Política*, Lisboa, Âncora Editora, 2012, p. 167.

²³ José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução de 25 de Abril – O Período Pré-constitucional*, INCM, 1981, p.12.

Mário Soares já não tivera tanta companhia na resolução do diferendo com a União Indiana sobre a chamada «questão de Goa», embora muitos fossem ainda problemas pendentes desde Dezembro de 1961.

Por Despacho de 9 de Setembro de 1974, o CEMGFA Costa Gomes já nomeara uma comissão para a revisão dos processos dos militares punidos pela ditadura por causa dos acontecimentos ocorridos quando da ocupação de Goa, sendo esses militares, posteriormente, integrados nos seus postos.

A 24 de Setembro de 1974, durante a 29ª sessão da Assembleia-geral da ONU, os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da União Indiana, numa declaração conjunta, manifestaram a vontade de restabelecer as relações diplomáticas e consulares e concordaram em cooperar entre si na divulgação da língua e da cultura portuguesas. A 15 de Outubro seguinte foi publicada a Lei Constitucional nº 9/74, que deu autorização para a conclusão de um acordo entre Portugal e a Índia relativamente ao reconhecimento da soberania da União Indiana sobre os territórios do antigo Estado Português da Índia. Mário Soares enquanto MNE, ficou encarregado de conduzir as conversações com Nova Deli. Mais ninguém se ofereceu.

«Munido de todas essas disposições, Mário Soares, numa visita à União Indiana, conclui, em Nova Deli, a 21 de Dezembro de 1974, o acordo diplomático que consagrou os factos pela parte portuguesa.»²⁴

A partir de meados de Janeiro de 1975, após a assinatura do Acordo de Alvor, Mário Soares pretende que a política externa seja muito mais do que descolonizar e estabelecer relações diplomáticas. E encara de frente o seu principal objectivo, que é o de fazer evoluir a transição política em Portugal para um regime democrático pluralista, o seu grande objectivo estratégico em todos os governos provisórios em que participou.

Ele sabia o destino que tivera Mendés-France em 1954, depois dos Acordos de Genebra que terminaram com a guerra da Indochina para os franceses. O ilustre fora-de-série da IV República Francesa fora utilizado pelos dois principais partidos do regime, sem coragem política para descolonizar aquele território asiático – o MRP democrata-cristão e a SFIO socialista, - e depois despedido das funções de primeiro-ministro. Mal as conversações com Ho-Chi-Min terminaram foi remetido para um cantinho da

²⁴ José Medeiros Ferreira, «Portugal em Transe», *História de Portugal*, direcção José Matoso, vol. VIII, Ed. Estampa, 1994, p. 78.

Assembleia, com a reputação de um bom ministro das Finanças e de um homem sério. Nunca mais voltou ao governo.

Ele vira como o impasse da guerra da Argélia levava de novo aqueles mesmos dois partidos do situacionismo a recorrer a outro marginal do sistema em 1958 – o general Charles de Gaulle – para libertar a França do beco sem saída onde se metera, com a guerra de Argélia.

Ele sabia que muitos, mesmo na nova ordem das coisas em Portugal, só queriam ser desresponsabilizados pela descolonização necessária que não souberam preparar e muito menos resolver. Como escreveu Eduardo Lourenço no *Labirinto da Saudade*, «durante a descolonização os portugueses estiveram ausentes de si mesmos». Uma astúcia colectiva derivada do «egoísmo sagrado» do Estado e da Sociedade.

Mas ele não quer ser, nem será, um homem para uma só ocasião. Ele conduz a política externa olhando para a política geral. Se De Gaulle fundou a V República a partir dos escombros da guerra de Argélia, Mário Soares passou da descolonização para a democratização.

Por um lado, Soares já tinha desatado o nó górdio da descolonização dentro dos princípios da autodeterminação e da independência como defendera pelo menos desde 1965, ou seja dez anos antes. Por outro lado, os militares, a Junta de Salvação Nacional, e a Comissão Nacional da Descolonização retiravam-lhe a influência decisiva que tivera no início e não lhe permitiram ter a certeza de que as suas posições seriam seguidas, como aconteceu em Lusaka, o episódio mais saliente dessa oscilação do centro da gravidade do poder descolonizador na metrópole.

Soares ansiava ocupar-se de outros temas da política internacional para além da independência dos territórios ultramarinos.

Ora em matéria de política externa, o Programa do Movimento das Forças Armadas era extremamente lacónico, acentuando a continuidade com os compromissos internacionais do Estado português, e fazia apenas uma breve alusão à vantagem de «alargar e diversificar as relações internacionais».

No mesmo sentido, o programa do I Governo Provisório colocava particular ênfase na manutenção das boas relações com os «aliados tradicionais» referindo, pela seguinte ordem, a «manutenção das relações com o Reino Unido, o mais antigo aliado de Portugal», a «continuação de relações de boa vizinhança com a Espanha», o «reforço

da solidariedade com os países latinos da Europa e da América», assim como «a manutenção da tradicional amizade com os Estados Unidos da América»²⁵.

O Programa do I Governo Nacional Provisório volta a realçar «o respeito pelos tratados internacionais em vigor, nomeadamente o da Organização do Tratado do Atlântico Norte...».

Estas linhas programáticas eram aparentemente fáceis de cumprir pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Mas sabemos que nem tudo foi assim tão simples.

Nem o secretário-geral do PS era homem para se deixar encaixar nessa moldura tão clássica e fixada. Mal toma posse como ministro dos Negócios Estrangeiros, a 10 de Maio, improvisa. Num repente desloca-se à Nunciatura e visita o cardeal Patriarca.

Maria João Avillez pergunta-lhe a propósito:

«No dia 20 de Maio, encontrou-se com o Núncio Apostólico em Lisboa. Fez questão de o visitar, pessoalmente, na Nunciatura, em vez de, como mandava o protocolo receber Monsenhor Giuseppe Maria Sensi no Palácio das Necessidades. Porquê?»

Mário Soares responde:

«Justamente, foi um gesto simbólico, espontâneo, que pratiquei por mera intuição política, contra a praxe e sem consultar o Protocolo de Estado. Sabia que necessitava do apoio da igreja, quer na consolidação da Democracia, quer na Descolonização. Hoje posso dizer que devo à Igreja de Roma – ao Vaticano – alguns dos contactos que vim a estabelecer, internacionalmente, ao longo dos anos. O meu encontro com o Núncio caiu bem, agradou aos meios diplomáticos. Mas fui mais longe: propus-me também, em Conselho de Ministros, visitar o cardeal Patriarca de Lisboa, para apaziguar a opinião católica e evitar que a Revolução caísse no tremendo erro de deixar que ressurgisse a questão religiosa, um dos erros mais funestos que está na origem da destruição da I República.»²⁶

Dera um salto diplomático como político que era. Em Fevereiro de 1975, durante o III Governo Provisório, sob a conduta de Salgado Zenha, Ministro da Justiça, a República Portuguesa e a Santa Sé estabelecem o Protocolo Adicional à Concordata, que clarificava pela positiva o divórcio civil para os casamentos católicos. Raras foram

²⁵ Decreto-Lei nº 203/74, de 15 de Maio.

²⁶ Maria João Avillez, *Soares – Ditadura e Revolução*, Público, 1996, pp. 341-342.

as dificuldades entre Mário Soares e a Igreja quer no plano interno, quer no plano externo.

Depois do reconhecimento internacional veio a fase, também coroada de um êxito quase automático, do estabelecimento das relações diplomáticas com os países que, ou as haviam cortado com Portugal por causa da questão colonial ou não haviam sido estabelecidas por questões de uso ideológico. Junho de 1974 é o mês dos países do Leste europeu e da URSS. Agosto e Setembro o tempo dos países do Terceiro Mundo e da União Indiana. Soares mostra-se satisfeito:

«A minha única pena, quando abandonei o Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi não ter conseguido estabelecer relações diplomáticas com Pequim»²⁷. Podia ter mencionado Israel nessa ocasião, mas não o fez.

Em qualquer caso, não tinha sido agradável para a República Portuguesa ter reconhecido unilateralmente Pequim como única representante da China, em Janeiro de 1975, e depois ter ficado à espera da resposta da República Popular da China até 1979...

Como já escrevi há uns anos: «A abertura ecuménica da política externa portuguesa, embora necessária, não chegava a constituir uma estratégia propriamente dita, se por esta se entender uma escolha de prioridades.»²⁸

Será por ocasião da 29ª sessão da Assembleia-geral da ONU, em Setembro de 1974, que Mário Soares terá oportunidade de compendiar alguns tópicos orientadores das opções de política externa do regime em formação:

Nessa orientação geral, já depois de ter encetado o processo de descolonização, o MNE sublinha a fidelidade à NATO, o reforço da comunidade luso-brasileira, o estreitamento de relações com o Reino Unido, Espanha e EUA, assim como, o interesse em praticar uma política realista para com os países do Terceiro Mundo, e ainda a colaboração activa com a própria ONU e demais organismos de cooperação internacional, colaboração tida por deficiente durante o regime ditatorial.

Mário Soares abriga a política externa sob a capa plácida da sua bonomia, mas é muito transparente ao apresentar-se nos organismos internacionais como o representante de um novo Portugal.

²⁷ Portugal: Que Revolução?, p. 71.

²⁸ José Medeiros Ferreira, *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*, Ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 1981, p. 68-69.

A 17 de Junho de 1974, num discurso proferido durante a conferência ministerial da NATO, em Otava, que dotou a Aliança Atlântica de uma nova Carta da Organização, Mário Soares sublinha as diferenças e realça o que há de novo na posição portuguesa:

«Portugal poderia voltar a assinar hoje o Tratado, agora numa atitude de completa boa-fé – o que não foi o caso no passado – e irá subscrever a projectada declaração atlântica em plena coerência consigo próprio.»

E enfatiza com a naturalidade de alguém que não pactuou com o regime anterior:

«Eu não sou, portanto, Senhor Presidente, um ministro que sucedeu a outro ministro numa normal mudança governamental. Representante de um Portugal democrático e livre (...) é nesse espírito de novidade e de total abertura que me apresento perante vós. Foi longa e difícil a luta do povo português, sem auxílio de ninguém, para reconquistar a democracia perdida em 1926, foi um trabalho em profundidade, no interior de cada consciência»²⁹. Há neste discurso importantes subentendidos.

As críticas à ditadura centram-se então na questão colonial:

«Herdámos da situação política anterior um estado de guerra, que se prossegue, sem solução militar (...).

Refugiando-se em argúcias jurídicas sem consistência (...) recusaram persistentemente o diálogo com os movimentos africanos de libertação, empurrando-os assim, indirectamente para posições extremistas.»³⁰

Ainda como novidades da política externa do Estado democrático, anuncia o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países, independentemente dos seus regimes internos. E cita expressamente a URSS, a Roménia e a Jugoslávia, com quem os países da Aliança Atlântica mantinham essas mesmas relações, e até as aprofundaram na altura no quadro da conferência de segurança e cooperação europeia que haveria de dar lugar à Acta Final de Helsínquia, em Agosto de 1975, com a evolução política portuguesa no centro das atenções.

O ministro dos Negócios Estrangeiros retomou o tema das diferenças entre regimes quando discursou na Assembleia-geral da ONU, em 23 de Setembro de 1974:

²⁹ Mário Soares, *Democratização e Descolonização*, D. Quixote, 1975, p. 44.

³⁰ Op. cit., p. 47

«Estou aqui em representação de um Portugal renovado, que nada tem a ver com o Portugal tão repetidamente condenado nas Nações Unidas. (...)

Esse Portugal renovado deixou de ser um país hostil ou reticente à ONU e relapso no cumprimento das obrigações que lhe cabem. É hoje um país desejoso de participar plenamente na vida internacional.»³¹

E assim foi realmente. Basta referir as candidaturas coroadas de êxito, no Conselho de Segurança por duas vezes, a eleição de um presidente da Assembleia-Geral, a nomeação do Alto-comissário para os Refugiados, são exemplos para ilustrar as consequências a prazo daquele último parágrafo.

O quadro multilateral é aliás o mais propício a essas declarações de princípio e à apresentação da carta de intenções do novo regime democrático. Praticamente tudo o que foi dito por Mário Soares há cerca de quarenta anos na ONU, na NATO, ou no Conselho da Europa entre Junho e Setembro de 1974, pode ser lido hoje com naturalidade e validade.

As outras opções de política externa, para além das decorrentes do processo de descolonização colocavam-se a outros níveis.

Por exemplo, tendo o PS sido fundado na RFA para que lado do Atlântico iria pender Mário Soares na génese do regime democrático? Ele que afirmará com meridiana clareza a Maria João Avillez:

«Nesse tempo não fazia distinção entre as duas qualidades (as de Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Secretário-geral do PS).»³²

Enquanto estivera no exílio Mário Soares fundara o PS na RFA, e para o que mais interessa aqui, entrara assim na Internacional Socialista, cuja história no contexto da guerra-fria é conhecida. O presidente da IS mais marcante será Willy Brandt e este imprime a esta organização uma dinâmica de actor influente nas relações internacionais. A transição democrática em Portugal será um primeiro ensaio para o que virá a seguir em Espanha e depois na América Latina.

Logo nos primeiros meses da revolução visitaram Portugal, Willy Brandt, Olof Palme e François Mitterrand. Mais tarde virão os senadores norte-americanos Edward Kennedy e Mac Govern, todos a convite do secretário-geral do PS.

³¹ Op. cit., p.123

³² Maria João Avillez, op. cit., p.353

Neste enquadramento não é possível esquecer o apoio que foi dado por Londres a Mário Soares, no desencadear do processo de transferência de soberania para os territórios ultramarinos e que completa esse quadro fornecido pela família social-democrata.

Pedro Oliveira realça esse apoio com a transcrição de documentos nos quais se revela que o governo trabalhista de Wilson e Callaghan tenta ajudar as diligências de Soares nas conversações com o PAIGC e a Frelimo e chega à conclusão que o MNE dos três primeiros governos provisórios era o «seu ministro português favorito»³³.

Mário Soares navega entre esses pontos de apoio conforme as questões lhe vão sendo colocadas na agenda. Pragmático, passou de uma visão declarativa sobre a política externa para uma utilização empírica dos diferentes registos internacionais: organizações multilaterais, relações bilaterais, apoio de famílias ideológicas, inclusive do Vaticano.

Mário Soares não faz distinção entre a Europa Ocidental e os EUA no início da revolução, antes mobiliza várias personalidades da Internacional Socialista para enviar mensagens ao governo norte-americano. James Callaghan escreve uma mensagem a Kissinger, a 3 de Maio, onde afirma «Soares atribui grande importância ao facto de poder ter o total apoio dos governos britânico e americano»³⁴.

E de facto esses dois países contribuíram, cada um à sua maneira, para a consolidação do regime democrático pluralista em Portugal, o objectivo superior fixado.

Até 25 de Abril de 1974, Mário Soares tinha poucos contactos nos EUA. Mas cedo começou a tratar deles e em Novembro estava em condições de convidar o senador Ed Kennedy a visitar Portugal.

Não vale a pena repetir a história com Kissinger, pois os factos são factos, e as opiniões são conhecidas. Tiago Moreira de Sá e Bernardino Gomes já escreveram tudo sobre o assunto³⁵. Considero-me desobrigado desta maneira. São os benefícios da História vista do fim.

³³ Pedro Aires Oliveira, *Os Despojos da Aliança – A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007, p. 430.

³⁴ Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs Kissinger – Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Dom Quixote, 2008, p.51.

³⁵ Op. cit

A grande questão que se coloca neste enquadramento ocidental da política externa de Mário Soares é a de saber se este no início do regime oscilou entre uma política mais atlantista-americana, ou mais continentalista-europeia, mesmo tendo em conta o enquadramento unificador do conflito Leste-Oeste e da guerra-fria. Carlos Gasparr ainda esta semana escreveu um excelente artigo sobre esta temática no jornal *Público*.

A chegada de Carlucci como embaixador dos EUA veio reforçar a ideia que Washington estava pronta a apoiar a transição democrática portuguesa e esse apoio Mário Soares não o desdenhou. Quando chegou a hora «Europa conosco», em Fevereiro de 1976, a frente atlântica estava consolidada. E esse foi um trabalho quase solitário do secretário-geral do PS, durante os seus nove meses de ministro dos Negócios Estrangeiros nos três primeiros governos provisórios.

A fundação do PS na RFA e as suas relações com o SPD de Willy Brandt, não invalidaram que Mário Soares tenha tido uma política internacional marcadamente euro-atlântista com uma preferência acentuada por uma aliança com os EUA, para além de um bom entendimento continuo com o governo britânico como já vimos.

Essa aliança bilateral com os EUA podia não ter consequências imediatas no plano da descolonização – e estou em crer que Mário Soares não era bem isso que pretendia – mas foi importantíssima no fortalecimento do regime democrático pluralista em Portugal, e mais tarde já durante o I Governo Constitucional na procura de meios financeiros para enfrentar as dificuldades do país nesse domínio. A República Portuguesa esteve perto de selar uma relação especial bilateral com os EUA, como o início da «Operação grande empréstimo» ilustrou até à reunião de Junho de 1977 em Paris.

O realismo político orientará Mário Soares para uma aproximação à CEE, depois da realização de uma cimeira de dirigentes da Internacional Socialista, no Porto em Fevereiro de 1976, altura em que apareceu o *slogan* «A Europa Conosco!»³⁶. Mas nessa altura Mário Soares, Secretário-geral do PS, já não era ministro dos Negócios Estrangeiros.

Curiosamente os dois países em que Mário Soares terá tido maior dificuldade em tratar, durante esse período, foram a França, de Giscard d'Estaing e a China Popular.

³⁶ Ver Fernando Reino

Mesmo Moscovo, para além das interpretações sobre o que terá pretendido da revolução portuguesa não o obcecou³⁷.

Fez uma visita oficial a Moscovo, em Janeiro de 1975, e nomeou um embaixador político perito em comércio, Mário Neves, para instalar as relações diplomáticas. E também encara com normalidade a abertura a Leste. Disposto a ir até aí nunca pretendeu ir mais além.

Já países dotados de regimes de direito refractário ou entusiasmo democrático, como a Espanha franquista ou o Brasil de Geisel, mostraram receptividade às iniciativas dos governos provisórios e sobretudo a «frente» com Madrid revelou-se serena mau grado as sensibilidades fronteiriças.

Também a União Indiana normalizou com naturalidade as suas relações com a República Portuguesa, em Setembro de 1974, o que permitiu a ratificação do Tratado sobre Goa, em Junho de 1975.

Conclusão:

Tratei dentro do espírito do convite da dra. Manuela Franco, da política externa de Mário Soares enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros. Com efeito nesta correspondência entre titulares que caracteriza esta série de conferências promovidas pelo Instituto Diplomático, não iria criar um desvio para tratar da política externa de Mário Soares, enquanto primeiro-ministro ou da sua diplomacia enquanto Presidente da República, pois não fui nem uma coisa nem outra. Presumo que o Dr. Pinto Balsemão se terá referido também a esse período na sua conferência sobre «A política externa do primeiro-ministro».

Tudo na estadia de Mário Soares nas Necessidades é excepcional. Em menos de dez meses, entre Maio de 1974 e Março de 1975, ele conduz a «Secretaria de Estado» com uma naturalidade e uma eficácia notáveis. Ele próprio começa por destacar

«Eu não conhecia a carreira diplomática...Comecei por convidar para meu chefe de gabinete Victor da Cunha Rego... Foi por sua sugestão que convidei para meu

³⁷ Carlos Gaspar, «A União Soviética e a revolução portuguesa», in *Estado, Regimes e Revoluções – Estudos em Homenagem a Manuel Lucena*, ICS, 2012, pp. 321-344.

principal assessor o diplomata Manuel Sá Machado, um homem excepcional – trabalhador, inteligente, informado, com extremo bom senso – que me ajudou muitíssimo.

(...)

O meu secretário de Estado foi Jorge Campinos e, muito próximo de mim, trabalharam ainda Bernardino Gomes, Alfredo Barroso, que dirigia os Serviços de Imprensa, Alfredo Duarte Costa e alguns outros»³⁸.

Procede depois a modificações na hierarquia do Ministério e nomeia novos directores e um novo secretário-geral, Tomás Andresen.

Mário Soares não alimentou a prática dos saneamentos na Secretaria de Estado, mas não deixou de nomear vários embaixadores políticos: José Fernandes Fafe para Cuba, Ramos da Costa para a Jugoslávia, Veiga Simão para a ONU (embora tivesse preferido Jorge Sampaio para o efeito), Mário Neves para Moscovo, Manuel Belo para a OCDE, Hernani Lopes para Bona, Coimbra Martins para Paris. Todos continuaram para além dele no ministério.

Durante a sua administração destaca-se ainda o seu contributo para a carreira diplomática, com aprovação da nova redacção do artigo 25º, do Decreto-lei nº 308/74, de 6 de Julho, que permite a admissão de mulheres no serviço diplomático.

Como ele mais tarde dirá: «julgo que pacifiquei o Ministério»³⁹

A única dúvida que subsistia quando deixou o Ministério dos Negócios Estrangeiros e foi desviado para o cargo de Ministro do Estado, em Março de 1975 era porem de monta: a política externa que conduzira durante nove meses seria irreversível?

É claro que Mário Soares teve ainda um papel decisivo na política externa portuguesa como primeiro-ministro sobretudo no processo de adesão à CEE, e cujo fecho das negociações muito se deve às decisões tomadas ao mais alto nível político europeu. De certa maneira, o paradigma da acção do primeiro-ministro na política externa governamental foi fixado por Mário Soares, e depois seguido, placidamente, pelos seus sucessores. A entrada na Comunidade Europeia só ajudou a consolidar essa tendência que hoje é geral.

³⁸ Maria João Avillez, op. cit, p. 339.

³⁹ Maria João Avillez, op. cit, p.341.